

V ENCONTRO AMAZÔNICO SOBRE MULHERES E  
GÊNEROS – GEPEM

19 a 21 de novembro de 2019  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

AT1 - Gênero, identidade e Cultura

**RELAÇÕES DE GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR: UM  
DEBATE NECESSÁRIO**

Luana Nery Fonseca- Universidade  
do Estado do Pará (UEPA)  
Lana Cláudia Macedo da Silva-  
Universidade do Estado do Pará  
(UEPA)

# RELAÇÕES DE GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR: UM DEBATE NECESSÁRIO

Luana Nery Fonseca<sup>1</sup>

Orientadora: Lana Claudia Macedo da Silva<sup>2</sup>

## RESUMO

O artigo objetiva analisar a importância da temática das relações de gênero no ambiente escolar, em contraposição as desigualdades existentes nesse espaço ao longo de seu processo histórico e social. O delineamento metodológico do estudo consiste de pesquisas bibliográficas. Constata-se que a escola tem sido espaço de reprodução de desigualdades ao reforçar as diferenças entre as categorias de gênero, no modo como a menina e o menino deveriam ser e se constroem socialmente. Desse modo, é imperioso o debate sobre gênero com vistas a desconstrução de preconceitos e pré-noções que favorecem a construção de ambientes hierárquicos e violentos nas relações entre os gêneros.

Palavras-chave: Relações de Gênero, Desigualdade, Diferença, Relações de Poder, Ambiente Escolar.

## ABSTRACT

The article aims to analyze the importance of the theme of gender relations in the school environment, in contrast to the inequalities that exist in this space throughout its historical and social process. The methodological design of the study consists of bibliographic research. It can be seen that the school has been a space for reproducing inequalities by reinforcing the differences between gender categories, in the way the girl and boy should be and be socially constructed. Thus, the debate on gender is imperative in order to deconstruct prejudices and preconceptions that favor the construction of hierarchical and violent environments in relations between genders.

Key-word: Gender Relations, Inequality, Difference, Power Relations, School Environment.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma mesa redonda com a temática de Diversidade de Gênero, realizada na Semana Acadêmica do Campus X, em Igarapé-Açu/PA. Mediante as discussões realizadas, surgiu o interesse para realizar o estudo, por ser um assunto de grande relevância a ser desenvolvido no ambiente escolar, e por meio disso, fomentar em contribuições na desconstrução de preconceitos e pré-noções de gênero. Nesse sentido, o estudo tem o foco de discutir as relações de gênero na educação.

---

<sup>1</sup> Graduanda no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Pará. luananerys3@hotmail.com

<sup>2</sup> Diretoria de Desenvolvimento de Ensino/DDE. Professora Adjunta IV da Universidade do Estado do Pará/UEPA. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Feminismos e Sexualidades/GEFES. Vice-líder do Núcleo de Extensão, Trilhas Investigativas e Práticas Sociais/NETRILHAS

Mediante isto, é importante ampliar a discussão em torno das disparidades existentes nas relações de gênero e sua construção histórica que permeiam a sociedade, na qual em muitos momentos reforçaram nas desigualdades em função do sexo, seja por meio de discursos e símbolos legitimados em várias esferas sociais que precisam emergir nos debates na educação.

Deste modo, esse estudo tem por objetivo analisar a importância da temática das relações de gênero no ambiente escolar, em contraposição as desigualdades existentes nesse espaço ao longo de seu processo histórico e social, para assim, incluir políticas educacionais que represente as pluralidades, promovendo estudos e discussões que evidenciem essa representatividade, com direitos sociais à diferença.

No delinear do estudo, metodologicamente foi utilizado na elaboração da pesquisa levantamentos bibliográficos, para maior embasamento teórico de autores que contribuíram para a construção do artigo, como SCOTT (1995), SIMONE (1967), PISCITELI (2009), LOURO (1997), DINIS (2008), BOURDIEU (1999) e entre outros, para assim, ter subsídios da temática proposta.

Na estrutura do artigo, tem-se no seu desenvolver a presença de tópicos, para desencadear um maior entendimento da temática proposta. Dessa forma, o primeiro se intitula “Gênero: uma construção histórica” sendo realizado uma breve discussão em torno do gênero e seu delinear histórico. Enquanto que, no segundo a “construção de gênero nas escolas: relações de poder” discorrendo da análise histórica desses espaços enquanto produtores de padrões de gênero e no terceiro e último “relações de gênero: sua importância no ambiente escolar”, visualizando essa temática das relações de gênero a serem ampliadas e discutidas nesse espaço.

Deste modo, constatou-se que se faz necessário discutir as relações de gênero no ambiente escolar, para apresentar formas de combater as desigualdades que foram desencadeadas nesse espaço por um processo histórico e social, para desenvolver ambientes livres de preconceitos, hierarquias e violências nas relações estabelecidas entre os gêneros.

Assim, é imprescindível ampliar debates na educação sobre as relações de gênero, como debate imperioso com vistas a desconstrução de preconceitos e pré-noções que favorecem a construção de ambientes hierárquicos e violentos nas relações estabelecida. Pois, somente com esses enfoques, serão desenvolvidas outras formas de pensar em estratégias nas políticas públicas e educacionais, a contribuir em uma formação escolar emancipatória entre os sujeitos.

## **GÊNERO: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA**

O termo gênero passa a ser utilizado pelas teorias sociais a partir da década de 1970, como mecanismo a propor novas formas de pensar as noções do feminino e masculino, além das relações biológicas que reforçavam em diferenças nas relações de poder e ganhando força por meio do movimento feminista que discutiam as inquietações das mulheres, estas na qual fazem parte de uma construção social, que de acordo com Simone de Beauvoir (1967, p. 9), em seu livro “O segundo sexo: a história vivida” elenca que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, frase que ganhou muita visibilidade.

Nessa perspectiva, a Antropóloga Adriana Piscitelli (2009) em seu capítulo “Gênero: a história de um conceito”, pontua:

O termo gênero, em suas versões mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças. (PISCITELLI, 2009, p. 119)

Nesse sentido, a referida autora discorre que decorrente esse motivo, as autoras feministas utilizavam o termo gênero para se referir ao caráter cultural das distinções entre homens e mulheres (PISCITELLI, 2009), na qual anteriormente muito era expresso o conceito de sexo e reforçava nas diferenças biológicas e inatas.

Remetendo-se a isto, o gênero transpassa de uma perspectiva naturalista de distinções biológicas, na qual reforçou historicamente em desigualdades e diferenças, nas esferas sociais entre homens e mulheres. Dessa maneira, de acordo com a Joan Scott (1995) em “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” traça grandes contribuições a pensar a categoria gênero além de uma perspectiva biológica, em que “indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual", que está implicado fundamentalmente em distinções sociais que reforçavam tais diferenças. (SCOTT, 1995, p. 72)

Mediante isto, para Scott (1995), essa categoria é um elemento que está inserido nas relações sociais fundadas nas diferenças que se percebem socialmente e reforçaram em relações de poder. Dessa forma, as desigualdades são reflexo de uma construção histórica construída e reforçada social e culturalmente.

Recorrendo a essas análises, o conceito de gênero surge da necessidade de desconstrução de uma visão binária dos sexos, despertando assim, a possibilidade de perceber a inclusão de diferentes modos de feminilidades e masculinidades presentes na sociedade.

Decorrente estes fatores “Gênero, portanto, remete a construções sociais, históricas, culturais e políticas que dizem respeito a disputas materiais e simbólicas” (BRASIL, 2007, p. 16), e definem assim, identidades, distinções de papéis e funções sociais que proporcionaram em disparidades entre esses sujeitos e permeiam a sociedade.

Relacionando as disparidades legitimadas em torno do ser homem e mulher, uma ordem social funcionava como uma máquina simbólica que ratificava a dominação masculina, pontuado por Bourdieu (1999), em seu livro “A dominação masculina”. Dessa maneira, a dominação masculina se reforça simbolicamente na manutenção de diferenças e desigualdades, na qual, questiona-se sobre sexo-gênero se torna importante na desmistificação de noções históricas, políticas e sociais, em torno dessas relações.

Dessa maneira, o gênero é um elemento importante pensando-o como um instrumento analítico e político na esfera social. Por meio de uma maior profundidade de compreensão em torno do gênero e da reafirmação da heteronormatividade, passou-se a perceber a necessidade de serem adotadas políticas específicas em contraste a esse mecanismo histórico da dominação masculina, seja ela na saúde, escola e no trabalho.

## **CONSTRUÇÃO DE GÊNERO NAS ESCOLAS: RELAÇÕES DE PODER**

O ambiente escolar é um espaço marcado historicamente por reflexos das desigualdades desencadeadas nas relações de gênero, classe e raça. Nesse aspecto, a escola não apenas transmite conhecimento, mas também fabrica sujeitos, identidades de gênero, classe e étnicas, identidades estas sendo produzidas nas relações de desigualdades na sociedade (LOURO, 1997)

Neste contexto, a instituição escolar vai contribuir nas diferenciações dos corpos dos sujeitos, por meio das representações de gênero. Dessa maneira, “a escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas” (Idem, 1997, p. 58). Dentro desse ambiente escolar, os corpos dos sujeitos estavam em constante vigilância e disciplina.

Desta forma, “a disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 1987, p. 142). Nessa perspectiva, as fabricações nos corpos dos sujeitos são continuadas, muito sutil e quase que imperceptível e estavam presentes nas instituições sociais, ou seja, também pertencentes no espaço escolar.

Neste contexto, de acordo com Louro (1997, p. 88):

“se as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros (e também os constituem), isso significa que essas instituições e práticas não somente “fabricam” os sujeitos como

também são, elas próprias, produzidas (ou engendradas) por representações de gênero”.

Dentro desta análise, a escola assume um papel, tendo ela um gênero, classe e raça. Nesse sentido, é importante indagar-se a compreender como essa educação escolar foi pensada e para quem foi pensada, pois como “tanto em termos de educação como de instrução, meninos e meninas eram tratados de forma distinta” (MAUAD, 2013, p. 151).

Por meio disto, a escola legitimará uma identidade nos sujeitos, instaurando nos corpos, marcas da identidade. Marcas essas que serviram para incidir na proliferação de uma única identidade como correta e aceita, contudo, elas não são fixas e permanentes, mas estão em constante mudança pelos sujeitos imersos no meio social e cultural.

Desta forma, as identidades são construídas pelo sujeito e “afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica de dentro e o que fica de fora” (SILVA, 2003, p. 82). Logo, promover uma identidade é marcar diferenças e normatizar uma identidade em relação às demais que serão avaliadas e hierarquizadas.

Nessa perspectiva, as identidades necessitam está em constante controle, para mantê-las estabilizadas. Este que está em meio às distinções e dicotomias entre o ser menina/menino, homem/ mulher em determinada sociedade. Portanto, “questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam” (Idem, 2003, p. 83).

Mediante isso, a escola é um elemento contribuinte para reafirmar as identidades desde o momento da infância. A inscrição de gênero nesses corpos é feita sempre no contexto de uma determinada cultura e vai traçar marcas dela. “Nesse sentido, cabe enfatizar que a perpetuação da ordem dos gêneros esteve, até pouco tempo, garantida fundamentalmente pela ação conjunta de instituições como a família, a igreja, a escola e o Estado, sobre estruturas inconscientes” (GOMES, 2005, p. 36).

Assim, refletir sobre o espaço educacional, faz pensar nas desigualdade presentes nesse espaço, na qual como pontua Lins, Machado e Escoura (2016) se pararmos para pensar quando criança, na escola, foram realizadas atividade e se passam por situações que supõe diferenças, ao pedir para fazer as filas de menino e de menina, nas aulas de educação física, sendo estes divididos para os meninos e meninas, percebendo assim, que o mundo é dividido entre o masculino e feminino e aprendendo nesse contexto em qual lado devia estar”

## **RELAÇÕES DE GÊNERO: SUA IMPORTÂNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

A dimensão escolar é marcada por diversidades, seja no modo de pensar, ser e agir, entre os sujeitos que constituem esse espaço. Nesse sentido, a escola tem em quanto papel

social de desenvolver o respeito às diferenças e estimular os direitos na promoção de cidadania entre os sujeitos.

Dentro deste cenário social, faz-se necessário pontuar o que seria essas relações de gênero, referindo-se “às maneiras como os sujeitos constroem a si mesmo a partir de estereótipos, normas de comportamento e expectativas sobre o que é “ser homem” e “ser mulher [...] e quanto as diferenças de gênero são produtos da história e da educação em nossa sociedade” (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 23).

Desta forma, a instituição escolar é parte integrante da sociedade, na qual reproduz mecanismos de desigualdade entre homens/mulheres; brancos/negros; heterossexuais/homossexuais e outras formas plurais de identidades dos sujeitos. Mas a escola pode e deve atuar no combate às desigualdades e diferenças estabelecidas, na medida em que objetiva promover uma educação de qualidade e emancipatória a seus alunos de forma crítica.

No arranjo das relações, “o gênero é também uma forma social de produzir posições de desigualdade entre as pessoas, coisas, espaços e emoções” (LINS; MACHADO, ESCOURA 2016, p. 24) e nesse cenário de desigualdades de gênero, estão as relações de poder, hierarquias e privilégios sociais que se constituem a partir das diferenças que se percebem entre homens, mulheres e masculinidades, feminilidades.

Nessa perspectiva, as políticas educacionais precisam levar em consideração a função social da escola em contribuir na ampliação de noções de masculinidades e feminilidades que estejam em contraposição ao modelo heteronormativo, branco e de classe média, possibilitar também discussões acerca das disparidades entre homens/mulheres e as relações de poder, violência e desigualdades entre os sujeitos.

Nesse sentido, não podem ser invisibilizados e ignorados os efeitos que os processos de construção de identidades femininas e masculinas, produziram e produzem sobre a permanência escolar, o rendimento nesse espaço e a qualidade de interação em momentos de socialização entre os sujeitos pertencentes à escola, suas trajetórias profissionais e educacionais (BRASIL, 2007).

Ao que concerne à educação, é essencial implementações de políticas educacionais desenvolvendo temáticas de gênero com suas evidências históricas e atuais que denunciem as desigualdades que permanecem na sociedade, visibilizar as diversidades e promover o direito a diferença. Nesse sentido:

A perspectiva adotada pela Secad/MEC, segundo a qual os temas gênero, identidade de gênero e orientação sexual devem ser considerados pela política educacional como uma questão de direitos humanos, repercute nas estratégias escolhidas e no desenho das ações. (BRASIL, 2007 Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 35)

Além disto, abordar esses assuntos e suas esferas de diferenças nela imbuída, promove oportunidades didático-pedagógicas, voltadas a garantir igualdade de oportunidades e direitos independente da identidade de gênero, no qual se fazem imersos nas relações estabelecidas também no ambiente escolar.

Mesmo com avanços, a abrangência de assuntos de gênero ainda são temas ausentes no tocante dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Contudo, é existente a necessidade de ressaltarem não apenas como um tema transversal, na qual se tem pouca menção em específico do tema (DINIS, 2008). Desse modo, a temática é desenvolvida como tema transversal, sendo critério da professora ou professor sua interpretação do assunto.

No entanto, sabe-se da importância de estar incluindo debates e assuntos contemplando as relações existentes entre os gêneros, de forma a garantir e romper com formas naturais de ver as concepções de binaridades e as relações que se estabeleceram e se estabelecem no campo das desigualdades na desvalorização salarial, violências e discriminações, na qual são pautas constantes nas lutas por igualdade.

Nas escolas, as relações de gênero também ganham pouca relevância entre educadores e educadoras, assim como no conteúdo dos cursos de formação docente. Ainda temos os olhos pouco treinados para ver as dimensões de gênero no dia-a-dia escolar, talvez pela dificuldade de trazer para o centro das reflexões não apenas as desigualdades entre os sexos, mas também os significados de gênero subjacentes a essas desigualdades e pouco contemplados pelas políticas públicas que ordenam o sistema educacional. (VIANNA e UMBEHAUM, 2004, p.79)

Nesse sentido, visualiza-se também como emergente a temática gênero no ambiente acadêmico, visto que é o espaço de formação dos profissionais, na qual irão intermediar conhecimentos na educação. É importante assim, em sua formação, que essa educadora e educador tenha a preparação de perceber a relevância de serem trabalhadas essas temáticas em sala de aula. Mediante isso:

Sabe-se que a instituição escolar, de forma explícita ou implícita, através do currículo, dos procedimentos de ensino, das teorias, das linguagens, do material didático etc., ainda é um espaço que contribui para a produção e reprodução das desigualdades entre os gêneros. Nesse contexto, a falta de conhecimento sobre a questão de gênero por parte dos profissionais da educação acaba contribuindo para que a escola não desenvolva o seu papel de combate a toda e qualquer atitude e comportamento que revele preconceito com relação aos gêneros. (DANTAS, MORAIS, COELHO 2009-2010, p. 152)

Em relação a isto, a intersecção nas relações de gênero e educação ganhou maior visibilidade nas pesquisas educacionais nos anos de 1990, com grandes avanços de

reinvidicação que visavam à superação no âmbito do Estado e das políticas públicas, medidas contra a discriminação da mulher. Mediante aos fatores de persistência da discriminação contra mulher na educação, poucos são as investigações abordando essa descriminalização de gênero nas políticas públicas e isso são reflexos visíveis nos livros didáticos e currículos, havendo assim uma limitação do acesso e permanência na escola (VIANNA e UMBEHAUM, 2004).

Neste cenário, pode-se visualizar a importância das relações de gênero serem discutidas no ambiente escolar e suas esferas educacionais, incentivando pesquisas que abordem essa temática no ambiente acadêmico, frente a ambientes hierárquicos entre os gêneros. Sendo dessa forma, imprescindível educar e transformar esse espaço de socialização em uma importante ferramenta de desenvolver a igualdade, frente às diversidades na qual compõem a sociedade.

## **METODOLOGIA**

Metodologicamente para a elaboração do artigo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica de autores que discutiam a temática abordada, para assim, dar base teórica por meio da consistência de autores e propiciar um aprofundamento no assunto, contribuindo para a temática e análise da discussão proposta e por meio disso, enriquecer o debate na pesquisa. Desta maneira “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p. 45).

Por meio disto, a pesquisa bibliográfica ocorreu no período de dois meses, para a compreensão de autores e livros que discutiam a temática. Desencadeando assim, em um diálogo com os mesmos e suas contribuições para analisar o processo das relações de gênero e suas abordagens com ênfase educacional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Analisar o processo social e cultural é reconhecer as desigualdades existentes nas relações entre os gêneros. Nesse sentido, com base nas análises realizadas, pode-se perceber que a temática gênero é um tocante que precisa está sendo discutido no espaço escolar, para sua promoção de direitos e desenvolver formas de combater as desigualdades, desencadeadas por um processo histórico, e proporcionar analisar as relações sociais além das dicotomias de masculinidade e feminilidade.

Desta forma, constata-se que a escola tem sido espaço de reprodução de desigualdades, ao reforçar as diferenças entre as categorias de gênero, no modo como a menina e o menino deveriam ser e se construir socialmente e posteriormente enquanto homem e a mulher nas relações estabelecidas hierarquicamente.

Pode-se também verificar que essa temática ainda sofre com lacunas e falhas ao momento que se coloca como assuntos ausentes, transversais e não obrigatórias para serem desenvolvidas e discutidas em sala de aula, e também ao não serem vistas com relevância nos espaços acadêmicos nas disciplinas que orientaram os educadores.

Neste sentido, a escola não é um ambiente isolado dos fatores que as rodeiam, mas reflexo de desigualdades, na qual em muito momento atuaram na manutenção entre os gêneros e as reproduzindo. Comprometeu o rendimento, a permanência escolar e a qualidade de interação com os outros sujeitos naquele espaço que deveria ser de socialização, mas que (re)produziu diferenças.

Além disto, é recente discussões no espaço acadêmico a investigar as relações de gênero, da qual suas pesquisas podem proporcionar grande relevância ao trazer a visibilidade a essas atoras e atores e suas interpretações sobre essas relações com a educação e atuais reivindicações. Desse modo, faz-se relevante estar ampliando esses debates que denunciem a importância em conquistar políticas públicas, na qual sanem os fatores de desigualdades.

Sendo assim, pode-se notificar que este artigo foi de suma importância, na medida em que viabilizou um olhar para as relações de gênero, como um debate imperioso com vistas a desconstrução de preconceitos e pré-noções que favorecem a construção de ambientes hierárquicos e violentos nas relações estabelecidas. Ampliando assim, nos espaços escolares, a análise crítica de pessoas que percebam a relevância científica e social de novas pesquisas, políticas públicas e pedagógicas que desenvolvam estratégias a contemplar o ser diverso pela educação.

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo, Vol.2: A Experiência Vivida**, 2 edição. Tradução de Sergio Milliet, São Paulo (SP): Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOURDIEU, Pierre. **Dominação Masculina**. 11 ed. Rio de Janeiro (RJ). Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília (DF) 2007

DANTAS, Alekssandre Saraiva; MORAIS, Maria Socorro Feitosa de; COELHO, Maria das Graças Pinto. As relações de gênero no cotidiano da escola: o ponto de vista dos discentes da licenciatura em pedagogia da universidade do estado do rio grande do norte. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.18/19, n.1/2, p. 151-163, jan.-dez. 2009/2010

DINIS, Nilson Fernandes. Educação, Relações de Gênero e diversidade sexual. **Educ. Soc.**, Campinas, Vol 29, n. 103, p. 447-492, maio/ago. 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4 ed. São Paulo(SP): Atlas, 2002

GOMES, Vera Lúcia de Oliveira. A construção do feminino e do masculino no processo de cuidar crianças em pré-escolas. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 15, n. 1, janeiro-março, 2006, pp. 35-42

HALL, Stuart; SILVA, Tadeu Tomas (org); WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**. Ed. Vozes. 2d. Petrópolis-RJ, 2003.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. Ed. Reviravolta, São Paulo, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o império. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História da infância no Brasil** 7ª edição. São Paulo: Ed. Contexto, 2013, p. 137-176

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: SZWAKO, José Eduardo (orgs). **Diferenças, igualdade**. São Paulo, Ed. Sociedade em Foco, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. v. 15, n .2, jul/dez 1995.

VIANNA, Cláudia Pereira. UMBERHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, V. 34, n. 121, p. 77-104, jan/abr. 2004